

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL) - Programa I

**ANÁLISE À 2.ª REVISÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS
DO MUNICÍPIO DE SEIA 2016**

I – Enquadramento

De acordo com o previsto na alínea b), do artigo 10.º, da Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, os Municípios que integrem o Programa I ficam obrigados a submeter à DGAL, durante os cinco anos subsequentes à assinatura do contrato, os seus documentos previsionais, e eventuais revisões, para apreciação técnica, antes da sua apresentação, para aprovação, à assembleia municipal.

O aumento global da despesa dá sempre lugar a revisão do orçamento, salvo quando se trata da aplicação de receitas legalmente consignadas, empréstimos contratados ou nova tabela de vencimentos publicada após a aprovação do orçamento inicial¹. Na revisão do orçamento podem ser utilizadas como contrapartidas, para além das referidas, o saldo apurado (**saldo da gerência anterior**), que as autarquias estejam autorizadas a arrecadar². Relativamente à integração do saldo orçamental da gerência anterior, ressalva-se que a integração do mesmo obedece, obrigatoriamente, à prévia aprovação da conta de gerência pelos órgãos competentes para o efeito.

Pretendendo o Município de Seia adequar as dotações do seu orçamento, aumentando a despesa tendo por contrapartida acréscimo da receita, procedeu o município à elaboração da proposta de 2.ª revisão ao orçamento municipal 2016 em observância ao preconizado no POCAL.

II – Análise do template de comparação (de acordo com os dados remetidos pelo Município em anexo)

Quadro I – Empréstimo PAEL

em euros

Instrumento	Instituição de Crédito	Calendário de Operações		Montante da operação				
		Início	Termo	Contratado	Utilizado	1ª Tranche (60%)	2ª Tranche (20%)	3ª Tranche (20%)
PAEL	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	2013	2032	2.768.064,92	2.758.864,92	1.660.838,95	553.612,98	544.412,99

À data, foram libertadas as 3 *tranches* do empréstimo PAEL, apurando-se uma diferença entre o capital contratado e o capital transferido, a qual ascende aos €9.200,00 e que decorre de faturas que não

¹ Ponto 8.3.1.3 do POCAL

² Ponto 8.3.1.4 do POCAL

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL) - Programa I

**ANÁLISE À 2.ª REVISÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS
DO MUNICÍPIO DE SEIA 2016**

foram pagas pelo Município, conforme justificação do Presidente, sendo que o montante em causa foi abatido ao valor da 3ª *tranche*.

Quadro II – Comparação das previsões da receita e despesa

em euros

Descrição	Valores Previstos Orçamento Municipal 2016 (1)	Valores Previstos no PAF para 2016 (2)	Desvio face ao previsto (3) = (2) - (1)	Valores Previstos Orçamento Municipal 2016 1.ª ROM (4)	Desvio face ao orçamento inicial (5) = (4) - (1)	Valores Previstos Orçamento Municipal 2016 2.ª ROM (6)	Desvio face ao orçamento inicial (7) = (6) - (1)
Total receita	19.854.363,00	18.708.581,67	-1.145.781,33	21.061.710,00	1.207.347,00	21.687.710,00	1.833.347,00
Receitas correntes	18.738.063,00	16.842.049,27	-1.896.013,73	18.843.741,00	105.678,00	19.394.741,00	656.678,00
Receitas de capital	1.116.300,00	1.866.532,40	750.232,40	1.246.835,00	130.535,00	1.321.835,00	205.535,00
Total despesa	19.854.363,00	19.036.658,36	-817.704,64	21.061.710,00	1.207.347,00	21.687.710,00	1.833.347,00
Despesas correntes	15.097.906,00	15.037.725,39	-60.180,61	16.246.503,00	1.148.597,00	16.816.953,00	1.719.047,00
Despesas de capital	4.756.457,00	3.998.932,97	-757.524,03	4.815.207,00	58.750,00	4.870.757,00	114.300,00

O total da receita e da despesa prevista na segunda revisão ao OM₂₀₁₆, apresentam valores superiores aos previstos no OM₂₀₁₆. Apurou-se um acréscimo na receita, em virtude, de se ter verificado um incremento na receita bastante superior ao previsto, conforme explicação do Município de Seia. Do lado da despesa, verificou-se igualmente um aumento em diversas classificações.

Quadro III – Comparação dos saldos considerando as receitas e despesas efetivas

em euros

Descrição	Valores Estimados			
	PAF2016	OM2016	1.ª ROM2016	2.ª ROM2016
Saldo Global	2.067.028,05	2.409.556,00	1.438.522,00	1.438.522,00
Saldo Primário	5.148.046,80	4.509.556,00	3.540.022,00	3.540.022,00

Os saldos global e primário decorrentes da proposta da segunda revisão ao OM₂₀₁₆ encontram-se em linha com os saldos apresentados aquando da primeira revisão ao OM₂₀₁₆, no entanto, os mesmos apresentam uma trajetória mais desfavorável, quer face ao PAF, quer face ao OM₂₀₁₆.

Tal como os saldos, o grau de cobertura do serviço da dívida pelo saldo primário apresenta-se igual ao apurado na primeira revisão, uma trajetória mais desfavorável, quer com a apresentada no PAF, quer com o OM₂₀₁₆. Como já referido na primeira revisão, esta situação é justificada pelo impacto do saldo da gerência do ano de 2015 nos saldos orçamentais. Expurgando do efeito do saldo da gerência do ano

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL) - Programa I

**ANÁLISE À 2.ª REVISÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS
DO MUNICÍPIO DE SEIA 2016**

de 2015, o grau de cobertura seria mais favorável na primeira e segunda revisão orçamental face ao estimado no PAF para o ano de 2016.

II.1 - Principais variações no lado da receita

Do lado da receita, afere-se que a proposta da segunda revisão aos documentos previsionais incrementa a receita do orçamento em **€1.833.347,00** face ao orçamento inicial de 2016. Sendo que este valor contempla o saldo de gerência anterior (€971.034,00) já integrado na primeira revisão orçamental.

Ao nível das **Receitas Correntes**, verifica-se um desvio superior face ao OM₂₀₁₆, que ascende a **€656.678,00**, por via do aumento nos agregados “Impostos diretos”, “Impostos indiretos”, “Transferências correntes” e “Venda de bens e serviços correntes”.

No que concerne, aos **Impostos diretos** verifica-se um acréscimo nas rúbricas IMT e Derrama pelo valor de **€353.500,00**, este aumento deve-se ao acréscimo de receita muito superior ao previsto, conforme explicitado pelo Município, o aumento referido é atenuado pela diminuição nas rúbricas IMI e Outros. À data³ nas rúbricas IMT e Derrama verifica-se já um grau de execução muito acima dos 100%.

Quanto ao agregado Impostos indiretos, o desvio positivo apresentado cifra-se em **€50.000,00**, pelo acréscimo de receita superior ao previsto.

Ao nível das Transferências correntes, o aumento de valores relativo ao IEFP e fundos comunitários, consubstancia-se num desvio positivo face ao OM₂₀₁₆ que ascende a **€230.678,00**.

O agregado Venda de bens e serviços correntes totaliza um desvio positivo que ascende a **€70.000,00**, por via do acréscimo da receita bastante superior ao previsto nas rúbricas: Venda de bens e Serviços.

Quanto às **Receitas de Capital**, verifica-se um desvio superior ao OM₂₀₁₆ que ascende a **€205.535,00**, este desvio ocorre, devido ao aumento verificado na rúbrica Transferências de capital, pelo montante de **€75.000,00** o restante valor apurado no desvio deve-se a modificações registadas aquando da 1.ª revisão ao orçamento. O Município justifica este incremento por existirem pedidos de pagamento

³ (06-09-2016)-Controlo Orçamental da receita de agosto reportado no SIIAL.

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL) - Programa I

**ANÁLISE À 2.ª REVISÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS
DO MUNICÍPIO DE SEIA 2016**

superiores à receita em orçamento no que concerne a fundos comunitários, bem como, candidatura ao Fundo de Emergência Municipal já aprovado e em execução.

A execução da receita do município até agosto⁴ apresenta um nível tal que, a manter-se o ritmo de arrecadação da mesma, o grau de execução poderá atingir os 100%, facto reforçado pelo acréscimo de receita prevista decorrente das operações supra mencionadas.

II.2 - Principais variações no lado da despesa

Na despesa total, com a proposta da segunda revisão aos documentos previsionais de 2016, existe um aumento em **€1.833.347,00** face ao orçamento inicial de 2016.

No que concerne às **Despesas Correntes**, verificou-se um desvio superior face à ao OM₂₀₁₆, de **€1.719.047,00**.

Relativamente às **Despesas com o Pessoal**, ainda que o Município tenha reforçado as rubricas – Abonos variáveis ou eventuais e Segurança social, diminui a rubrica – remunerações certas e permanentes num valor superior ao reforço efetuado, desta forma, apura-se um desvio inferior na segunda revisão do OM face ao OM de 2016, no montante de €7.500,00.

Em relação à **Aquisição de Bens e Serviços**, verificou-se um desvio mais elevado nesta segunda revisão face ao OM₂₀₁₆ que ascende a **€1.468.547,00**. Este aumento ocorreu tanto na aquisição de bens como nas aquisições de serviços, tendo o aumento sido mais acentuado neste último. O Município de Seia justifica estes aumentos com o reforço de valores a pagar na aquisição de água e tratamento de efluentes em alta, refeições e transportes escolares para precaver o ano letivo de 2016/2017 e estudos e projetos referentes a investimentos integrados no PDR 2020.

Nas **Transferências Correntes**, apura-se um desvio superior ao OM₂₀₁₆ que ascende a **€245.000,00**. Este valor é justificado, pelo acréscimo nas rubricas Freguesias – pelo aumento de valores para pagamento de acordos de execução e Famílias – pela política social do Município com o aumento do valor dos POC's.

⁴ Informação extraída do Controlo Orçamental da receita de agosto reportado no SIAL.

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL) - Programa I

**ANÁLISE À 2.ª REVISÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS
DO MUNICÍPIO DE SEIA 2016**

No que concerne às **Despesas de Capital**, verificou-se um desvio ligeiramente desfavorável face ao estimado no OM₂₀₁₆, de **€89.300,00**.

O desvio nas despesas de capital foi influenciado, quase na sua totalidade, pelo agregado – **Aquisição de Bens de Capital**, o montante apurado cifra-se nos **€71.300,00**, sendo a rubrica construções diversas que mais contribui para este desvio, o Município justifica este acréscimo com a necessidade de fazer face à despesa com a execução de obras no âmbito da candidatura ao Fundo de Emergência Municipal.

Atendendo à relevância deste elemento específico da despesa, procede-se a uma análise comparativa entre os valores apresentados e executados pelo Município e os constantes no PAF aprovado:

em euros

		2012	2013	2014	2015	2016	Total
PAF aprovado	Aquisição de bens	3.591.171,73	2.435.198,01	1.112.953,19	648.602,70	1.175.000,00	8.962.925,63
Execução e 2ª ROM 2016	Aquisição de bens	3.591.171,73	1.156.745,62	1.478.665,26	1.281.439,72	2.112.051,00	9.620.073,33

Fonte: Controlo Orçamental da Despesa – SIIAL e Quadro III do PAF

Apura-se um ligeiro desvio entre a execução ocorrida e a previsão para 2016 (2.ª ROM) e os valores previstos em sede de PAF (excesso de 7,3% num total de €657.147,70).

Neste âmbito, prevê a Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, diploma que aprova o Orçamento do Estado para o ano de 2016, no seu artigo 61.º, que os Municípios com contratos de reequilíbrio ou planos de ajustamento referidos no artigo 86.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, **não carecem de autorização prévia dos membros do Governo competentes em razão da matéria para assumir encargos ou realizar investimentos que não estejam previstos no respetivo plano de reequilíbrio financeiro, desde que seja respeitado o limite global fixado nesse plano para este tipo de despesas.**

Afere-se que o Município prevê exceder o limite global fixado no PAF para este tipo de despesas, pelo que a execução de novos investimentos carecerá das autorizações exigidas no Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de março, sendo que o Município aumentou mesmo a previsão de despesa de investimento face aos montantes do orçamento inicial.

No **Anexo B** à presente ficha, encontra-se reproduzido o **“template”** de acompanhamento da segunda revisão do OM de 2016, com as fundamentações dos desvios mais significativos apresentadas pelo Município de Seia.

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL) - Programa I

**ANÁLISE À 2.ª REVISÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS
DO MUNICÍPIO DE SEIA 2016**

III – Parecer

O Município de Seia pretende, na presente proposta de revisão, aumentar a despesa por contrapartida de um acréscimo na receita.

De facto, a receita arrecadada de IMT e Derrama em agosto já excedeu a previsão orçamental. No final de agosto a execução orçamental considerando o orçamento como um todo apresenta uma taxa de execução da receita, não considerando o saldo da gerência anterior, de 71%, acima de uma execução linear da sua receita considerando os 8 meses já decorridos, pelo que a manter-se a tendência a mesma superaria os 100%.

No que concerne a previsão das receitas no âmbito do Fundo de Emergência Municipal desconhece esta Direção-Geral que a candidatura apresentada pelo Município já tenha sido aprovada, pelo que a ser assim não estariam reunidas à data as condições para que a verba pudesse ser reconhecida no orçamento municipal. Tratando-se de uma receita consignada após a aprovação da candidatura poderão as verbas ser inscritas posteriormente no orçamento via uma alteração orçamental, sendo que o Município poderia manter os projetos inscritos no PPI, mas com financiamento a definir.

Apesar de na justificação apresentada no template para o aumento de transferências de capital mencionar *“aumento dos fundos comunitários por existirem pedidos de pagamento superiores à receita em orçamento e Candidatura ao Fundo de Emergência Municipal já aprovada e em execução”* de acordo com informação prestada pela autarquia *“prevemos a entrada de 208.677,07 € referente à comparticipação do encerramento do QREN, que está em fase final de pagamento pelo PO Centro 2007/2013”*, pelo que, considerando a receita já arrecadada até agosto, só os pedidos de pagamento de fundos comunitários já apresentados superam o aumento de receita previsto pela autarquia.

De acordo com o preconizado no artigo 40.º sob a epígrafe **Equilíbrio Orçamental** no RFALEI, os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para **cobrir todas as despesas ao que acresce que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.**

O Município de Seia elaborou a segunda revisão ao orçamento municipal em inobservância formal ao princípio do equilíbrio orçamental, uma vez que, a receita corrente prevista na segunda revisão ao

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL) - Programa I

**ANÁLISE À 2.ª REVISÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS
DO MUNICÍPIO DE SEIA 2016**

OM de 2016 é de €19.374.741,00 e a despesa corrente (€16.816.953,00), acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo (€3.170.316,43) ascende ao valor €19.987.269,43, **concluindo-se que o Município não observa assim a equação:**

$\text{Receita corrente} \geq [\text{Despesa corrente} + \text{Amortizações médias de EMLP}]$

Esta situação deve-se, no entanto, ao impacto contabilístico do saldo da gerência anterior, que foi integrado aquando da primeira revisão ao OM₂₀₁₆, já que o mesmo não é considerado nem receita corrente, nem receita de capital, expurgando esse valor da análise o município cumpriria materialmente o princípio do equilíbrio orçamental.

Alerta-se que o equilíbrio orçamental se deverá verificar quer em sede de previsão, quer em sede de execução.

Não obstante, sobre esta questão poderá o Município, em sede de execução (a 31 de dezembro), enquadrar-se num de 2 cenários⁵:

- **Cenário 1:** Cumprimento da regra de equilíbrio orçamental, pois a receita corrente bruta cobrada é superior à soma da despesa corrente paga com o valor da amortização média dos EMLP;
- **Cenário 2:** A receita corrente bruta cobrada é inferior à soma da despesa corrente paga com o valor da amortização média dos EMLP, mas tal diferença é menor do que 5% da receita corrente bruta cobrada no ano de 2015.

No caso do cenário 2, a verificação do cumprimento da regra de equilíbrio orçamental fica dependente da execução orçamental do ano seguinte (n.º 3 do artigo 40.º, do RFALEI), no qual o desvio verificado terá de ser obrigatoriamente compensado, sob pena da violação da indicada regra.

Atendendo ao reforço progressivo na disciplina orçamental na redução do endividamento, à execução orçamental subordinada à LCPA - Lei dos Compromissos e dos pagamentos em atraso e ao PAEL, **a prudência recomenda que a execução das dotações da despesa revistas em alta na proposta de revisão ao OM para 2016, comparativamente aos pressupostos avançados no PAF, esteja**

⁵ Nota explicativa do SATAPOCAL sobre a Regra do Equilíbrio Orçamental, disponível no Portal Autárquico.

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL) - Programa I

**ANÁLISE À 2.ª REVISÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS
DO MUNICÍPIO DE SEIA 2016**

dependente do desempenho e efetiva arrecadação da receita e da verificação da redução prevista noutras despesas.

De notar que, a execução orçamental deverá ser pautada de tal forma que se obtenham os saldos orçamentais com os quais o Município se comprometeu em sede de candidatura ao PAEL, bem como, a trajetória descendente do seu endividamento com a tomada de medidas adicionais caso tal venha a ser necessário.

A revisão mantém as questões identificadas no parecer elaborado aquando da análise dos documentos previsionais de 2016 e da 1.ª revisão ao orçamento.

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL) - Programa I

**ANÁLISE À 2.ª REVISÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS
DO MUNICÍPIO DE SEIA 2016**

Anexo B

Município: Seia

em euros

Descrição	Valores Previstos Orçamento Municipal 2016	Valores Previstos no PAF vinculativo	Desvio face ao previsto	Observação / Justificação	Valores Previstos Orçamento Municipal 2016 (revisto)	Desvio face ao orçamento inicial	Observação / Justificação
Recitas correntes	18.738.063,00	16.842.049,27	-1.896.013,73		19.394.741,00	656.678,00	Aumento de valores relativos aos impostos municipais, que estão acima dos dos previstos, bem como das vendas de bens e serviços
Impostos directos	3.965.001,00	3.552.000,00	-413.001,00		4.211.001,00	246.000,00	Aumento da derrama e IMT
IMI	3.000.000,00	2.525.000,00	-475.000,00	Melhor execução do IMI face ao previsto no PAEL facilmente alcançável em 2016 dado que continuaram a ser aplicadas taxas máximas.	2.900.000,00	-100.000,00	Diminuição por precaução dos valores face ao previsto
IMT	300.000,00	325.000,00	25.000,00	Redução face as receitas executadas até Agosto 2015.	450.000,00	150.000,00	Acrescimento de receita bastante superior ao previsto, receita que já está totalmente garantida com o valor de IMT cobrada em agosto
Derrama	150.000,00	280.000,00	130.000,00	Redução face as receitas executadas até Agosto 2015.	353.500,00	203.500,00	Acrescimento de receita bastante superior ao previsto, que já foi ultrapassado com o cobrado em agosto
Outros	515.001,00	422.000,00	-93.001,00	Melhor execução do IUC face ao previsto no PAEL.	507.501,00	-7.500,00	
Impostos indirectos	191.250,00	153.575,00	-37.675,00	Melhor execução nos lixos, nos loteamentos e obras face ao previsto no PAEL.	241.250,00	50.000,00	Acrescimento de receita superior ao previsto.
Taxas, multas e outras penalidades	1.187.000,00	1.413.699,79	226.699,79		1.222.000,00	35.000,00	
Taxas	1.136.000,00	1.378.080,67	242.080,67	Redução face as receitas executadas até Agosto 2015.	1.161.000,00	25.000,00	
Multas	51.000,00	35.619,12	-15.380,88	Crescimento com base nas receitas executadas até Agosto 2015.	61.000,00	10.000,00	
Rendimentos da propriedade	882.713,00	1.000,00	-881.713,00	Por lapso na candidatura ao PAEL não foi considerado o valor das rendas de concessão da EDP e da utilização infra-estruturas municipais pelas ALVT, SA	882.713,00	0,00	
Transferências correntes	9.941.848,00	8.698.269,60	-1.243.578,40	1 - Alteração de 60% para 90% do FEF corrente face ao total do FEF e aumento dos valores transferidos pelo Estado em 2015 e 2016. 2 - Aumento de transferências do I.E.F.P. relacionadas com os programas ocupacionais e estágios.	10.172.526,00	230.678,00	Aumento de valores relativo ao IIEFP e Fundos Comunitários com valores já superiores ao orçamentado
Venda de bens e serviços correntes	2.554.250,00	3.010.735,98	456.485,98		2.624.250,00	70.000,00	
Venda de bens	818.000,00	1.152.700,00	334.700,00	Redução face as receitas executadas até Agosto 2015.	843.000,00	25.000,00	Acrescimento de receita superior ao previsto.
Serviços	1.730.000,00	1.850.072,63	120.072,63	Redução face as receitas executadas até Agosto 2015.	1.775.000,00	45.000,00	Acrescimento de receita superior ao previsto.
Rendas	6.250,00	7.963,34	1.713,34	Redução face as receitas executadas até Agosto 2015.	6.250,00	0,00	
Outras recitas correntes	16.001,00	12.768,91	-3.232,09	Crescimento com base nas receitas executadas até Agosto 2015.	41.001,00	25.000,00	
Recitas de capital	1.116.300,00	1.866.532,40	750.232,40		1.321.835,00	205.535,00	
Venda de bens de investimento	11.004,00	0,00	-11.004,00		11.004,00	0,00	
Terrenos	1.001,00	0,00	-1.001,00		1.001,00	0,00	
Habitaciones		0,00	0,00			0,00	
Edifícios	10.000,00	0,00	-10.000,00	A hasta pública dos imóveis resultou na venda de uma escola que foi paga 50% em 2013 e o restante está a ser pago durante 10 anos com o valor de 10.000,00 €/ano	10.000,00	0,00	

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL) - Programa I

**ANÁLISE À 2.ª REVISÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS
DO MUNICÍPIO DE SEIA 2016**

Anexo B

Município: Seia

em euros

Descrição	Valores Previstos Orçamento Municipal 2016	Valores Previstos no PAF vinculativo	Desvio face ao previsto	Observação / Justificação	Valores Previstos Orçamento Municipal 2016 (revisto)	Desvio face ao orçamento inicial	Observação / Justificação
Outros bens de investimento	3,00	0,00	-3,00		3,00	0,00	
Transferências de capital	1.095.296,00	1.865.532,40	770.236,40		1.300.831,00	205.535,00	Aumento de valores relativos aos fundos municipais, aumento dos fundos comunitários por existirem pedidos de pagamento superiores à receita em orçamento
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	888.819,00	1.840.532,40	951.713,40	Alteração de 40% para 10% do FEF de Capital	905.013,00	16.194,00	Aumento de valores relativos aos fundos municipais, que não eram conhecidos aquando da elaboração do Orçamento Municipal
Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
Outras receitas de capital	10.000,00	1.000,00	-9.000,00		10.000,00	0,00	
Rep. não abatidas nos pagamentos	0,00	0,00	0,00		100,00	100,00	
Saldo orçamental da gerência anterior alvo de integração					971.034,00	971.034,00	Pela utilização do saldo efetivo da gerência anterior
Total receita	19.854.363,00	18.708.581,67	-1.145.781,33	Apesar da redução de alguns agregados, o aumento significativo do IMI e o valor das rendas de concessão que não foram considerados na candidatura PAEL, e o aumento do FEF, permite um acréscimo ao Orçamento da Receita em 1.145.000 €	21.687.710,00	1.833.347,00	Pela atualização dos fundos municipais, receitas de impostos, fundos comunitários e pela utilização do saldo de gerência anterior
Receitas correntes	18.738.063,00	16.842.049,27	-1.896.013,73	Apesar da redução de alguns agregados, o aumento significativo do IMI e o valor das rendas de concessão que não foram considerados na candidatura PAEL, e o aumento do FEF, permite um acréscimo ao Orçamento da Receita em 1.145.000 €	19.394.741,00	656.678,00	Aumento de valores relativos aos fundos municipais, impostos municipais e vendas de bens e serviços
Receitas de capital	1.116.300,00	1.866.532,40	750.232,40	Alteração de 40% para 10% do FEF de Capital.	1.321.835,00	205.535,00	Aumento de valores relativos aos fundos municipais, aumento dos fundos comunitários por existirem pedidos de pagamento superiores à receita em orçamento e Candidatura ao Fundo de Emergência Municipal já aprovada e em execução
Despesas correntes	15.097.906,00	15.037.725,39	-60.180,61		16.841.953,00	1.744.047,00	
Despesas com o pessoal	4.647.555,00	4.816.450,00	168.895,00		4.640.055,00	-7.500,00	
Remunerações certas e permanentes	3.563.802,00	3.875.500,00	311.698,00	A contenção salarial e a redução de pessoal por via de aposentação que ainda não foi repostos com novas entradas de pessoal.	3.522.302,00	-41.500,00	
Abonos variáveis ou eventuais	58.500,00	126.700,00	68.200,00	Esforço do Município na redução de horas extraordinárias e ajudas de custo	82.500,00	24.000,00	Aumento das ajudas de custo e despesas saúde
Segurança social	1.025.253,00	814.250,00	-211.003,00	Aquando da candidatura do PAEL ainda não era conhecida a subida da taxa contribuição para a CGA para 23,75%	1.035.253,00	10.000,00	Aumento de despesas com encargos sociais
Aquisição de bens e serviços	6.850.101,00	6.445.403,36	-404.697,64		8.318.648,00	1.468.547,00	
Aquisição de bens	1.871.501,00	1.769.915,22	-101.585,78	Apesar de redução em algumas rubricas ainda não é suficiente para compensar o aumento nos custos com a aquisição de água em alta.	2.303.848,00	432.347,00	Para reforço dos valores a pagar na aquisição de água em alta, refeições escolares para precaver o ano letivo 2016/2017
Aquisição de serviços	4.978.600,00	4.675.488,15	-303.111,85	Apesar de redução em algumas rubricas ainda não é suficiente para compensar o aumento nos custos de tratamento de resíduos e saneamento.	6.014.800,00	1.036.200,00	Para reforço dos valores a pagar ao sistema de tratamento de efluentes em alta, transportes escolares para o ano letivo 2016/2017, estudos e projetos referente a investimentos integrados no PDR 2020

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL) - Programa I

ANÁLISE À 2.ª REVISÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS
DO MUNICÍPIO DE SEIA 2016

Anexo B

Município: Seia

em euros

Descrição	Valores Previstos Orçamento Municipal 2016	Valores Previstos no PAF vincutivo	Desvio face ao previsto	Observação / Justificação	Valores Previstos Orçamento Municipal 2016 (revisto)	Desvio face ao orçamento inicial	Observação / Justificação
Juros e outros encargos	2.100.000,00	3.081.018,75	981.018,75		2.101.500,00	1.500,00	
Resultantes do PAEL	77.000,00	73.057,69	-3.942,31		78.500,00	1.500,00	
Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	1.980.500,00	2.912.819,12	932.319,12	Redução de valores face ao previsto no PAEL, face às taxas de juro historicamente baixas e da renegociação das taxas de juro dos empréstimos do PRF	1.980.500,00	0,00	
Resultantes de endividamento de curto prazo	42.500,00	95.141,94	52.641,94	Redução dos valores em dívida permitindo uma redução dos juros pagos	42.500,00	0,00	
Transferências correntes	1.294.750,00	552.118,18	-742.631,82		1.539.750,00	245.000,00	
Empresas públicas municipais e intermunicipais	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
Freguesias	372.250,00	287.561,55	-84.688,45	Aumento de valores resultantes dos acordos de execução com Juntas de Freguesia	442.250,00	70.000,00	Aumento de valores para pagamento dos acordos de execução com as freguesias
Associações de municípios	20.000,00	2.091,36	-17.908,64	Alteração de classificação orçamental da quota para a Associação de Município Planalto Beirão (sistema inter-municipal de tratamento de resíduos sólidos), antes era classificado em outras despesas correntes.	20.000,00	0,00	
Instituições sem fins lucrativos	335.000,00	209.135,68	-125.864,33	O executivo pretende aumentar o apoio a instituições e coletividades, utilizando parte do acréscimo de receita.	355.000,00	20.000,00	
Famílias	513.500,00	26.141,96	-487.358,04	O executivo pretende reforçar o apoio em situações de carência, medidas de apoio à natalidade e de apoio a despesas escolares, face à conjuntura. 2. Alteração das despesas com POC's para a componente de transferências segundo recomendação da SATAPOCAL	668.500,00	155.000,00	Pela política social do Município com aumento do valor dos POC's
Outras	54.000,00	27.187,64	-26.812,36		54.000,00	0,00	
Subsídios	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
Empresas públicas municipais e intermunicipais	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
Famílias	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
Outros	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
Outras despesas correntes	205.500,00	142.735,10	-62.764,90	1 - Verifica-se um aumento resultante da cativação pela ATA de 1% da receita de IMI para as freguesias, resultante da nova Lei Finanças Locais 2 - Aumento de custos com TRH devidas aos sistemas em alta de água, saneamento e resíduos sólidos, encargos com ERSAR e valores de reembolsos e restituições de Impostos que têm sido superiores ao projetado no PAEL.	242.000,00	36.500,00	
Despesas de capital	4.756.457,00	3.998.932,97	-757.524,03		4.845.757,00	89.300,00	
Aquisição de bens de capital	2.040.751,00	1.175.000,00	-865.751,00		2.112.051,00	71.300,00	
Investimentos	2.035.751,00	1.175.000,00	-860.751,00		2.107.051,00	71.300,00	
Terrenos	0,00	0,00	0,00			0,00	
Habitções	20.000,00	0,00	-20.000,00	Face às carências económicas e estado de degradação de alguns imóveis o Município pretende continuar apoiar a sua reabilitação.	13.000,00	-7.000,00	
Edifícios	212.250,00	460.000,00	247.750,00	O Município pretende canalizar verbas para outro tipo de investimento	201.750,00	-10.500,00	
Construções diversas	1.593.501,00	625.000,00	-968.501,00	1 - Face ao valor de aumento do Orçamento por via da não inclusão no PAEL das rendas de concessão e o aumento do IMI e FEF o Município pretende: a) continuar a construção de muros de suporte no montante de 300.000,00 € que põem em causa a segurança das vias municipais; b) Face à grave situação de algumas estradas municipais, o executivo vai investir 370.000,00 na sua reabilitação. c) Criação do Co-Work Centro de Negócios Serra da Estrela como equipamento estruturante de combate ao desemprego	1.629.801,00	36.300,00	Para a execução de obras no âmbito de da candidatura ao Fundo de Emergência Municipal
Outros	210.000,00	90.000,00	-120.000,00		262.500,00	52.500,00	Aquisição de Equipamento básico e informático
Locação financeira	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
Bens de domínio público	5.000,00	0,00	-5.000,00		5.000,00	0,00	

PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL) - Programa I

**ANÁLISE À 2.ª REVISÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS
DO MUNICÍPIO DE SEIA 2016**

Anexo B

Município: Seia

em euros

Descrição	Valores Previstos Orçamento Municipal 2016	Valores Previstos no PAF vinculativo	Desvio face ao previsto	Observação / Justificação	Valores Previstos Orçamento Municipal 2016 (revisto)	Desvio face ao orçamento inicial	Observação / Justificação
Transferências de capital	306.150,00	428.828,23	122.678,23		324.150,00	18.000,00	
Empresas públicas municipais e intermunicipais	0,00	0,00	0,00			0,00	
Freguesias	187.500,00	261.419,59	73.919,59	Redução de valores face ao previsto no PA	187.500,00	0,00	
Associações de municípios	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	
Instituições sem fins lucrativos	75.900,00	78.425,88	2.525,88	Redução de valores face ao previsto no PA	110.900,00	35.000,00	Aumento dos apoios a instalações e equipamentos das instituições
Famílias	30.000,00	41.827,14	11.827,14	Redução de valores face ao previsto no PA	2.500,00	-27.500,00	
Outras	12.750,00	47.155,63	34.405,63	Redução de valores face ao previsto no PA	23.250,00	10.500,00	
Activos financeiros	132.955,00	0,00	-132.955,00	Referente às unidades de participação no FAM - Fundo de Apoio Municipal	132.955,00	0,00	
Passivos financeiros	2.276.601,00	2.395.104,74	118.503,74		2.276.601,00	0,00	
Resultantes do PAEL	139.351,00	138.403,24	-947,76		139.351,00	0,00	
Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	2.137.250,00	2.256.701,50	119.451,50	Redução de valores face ao previsto no PAEL e pela amortização durante o ano de 2013 da totalidade do empréstimo da Empresa Municipal de Cultura e Recreio que estava previsto no PAEL ser amortizado até 2016	2.137.250,00	0,00	
Resultantes de endividamento de curto prazo			0,00			0,00	
Outras despesas de capital			0,00			0,00	
Total despesa	19.854.363,00	19.036.658,36	-817.704,64	Face ao valor de aumento do Orçamento por via da não inclusão no PAEL das rendas de concessão e ao aumento do IMI, o Município de Seia pretende canalizar esses montantes para efetuar grandes reparações que trarão mais vida útil a estradas, rede de águas e saneamento e edifícios públicos.	21.687.710,00	1.833.347,00	Para reforço dos valores a pagar ao sistema de tratamento de efluentes em alta e abastecimento de águas, transportes escolares para o ano letivo 2016/2017, estudos e projetos referente a investimentos integrados no PDR 2020
Despesa corrente	15.097.906,00	15.037.725,39	-60.180,61		16.816.953,00	1.719.047,00	Para reforço dos valores a pagar ao sistema de tratamento de efluentes em alta e abastecimento de águas, transportes escolares para o ano letivo 2016/2017, estudos e projetos referente a investimentos integrados no PDR 2020
Despesa de capital	4.756.457,00	3.998.932,97	-757.524,03	Face ao valor de aumento do Orçamento por via da não inclusão no PAEL das rendas de concessão e ao aumento do IMI, o Município de Seia pretende canalizar esses montantes para efetuar grandes reparações que trarão mais vida útil a estradas, rede de águas e saneamento e edifícios públicos.	4.870.757,00	114.300,00	Houve atrasos nas empreitadas no ano 2015, fazendo resvalar valores para 2016